

DESPORTO, AMBIENTE E TURISMO ATIVO: ESTADO DA ARTE E RELAÇÕES EMERGENTES

Luís Carvalhinho¹, Teresa Bento¹, Paulo Rosa¹

¹Escola Superior de Desporto de Rio Maior

RESUMO

O panorama atual nacional e internacional no âmbito do setor do desporto de natureza e turismo ativo, quer em termos de conhecimento e produção científica, quer em termos de desenvolvimento do setor, não é mais o mesmo se compararmos com a realidade da década dos anos 90, momento em que se deram os primeiros passos em Portugal. Do mesmo modo, não será fácil nem desejado, que a abordagem deste setor se possa efetuar isolando os diferentes domínios envolvidos, i.e., o desporto, o ambiente e o turismo. Assim, o trabalho apresentado pretende refletir a importância da relação entre os conceitos associados ao desporto, ao ambiente e ao turismo ativo. Efetuou-se uma revisão de estudos científicos centrados na reflexão sobre o estado da arte, identificando alguns dos principais autores e problemas estudados neste contexto. A opção por abordagens às problemáticas do desporto de natureza, desporto e ambiente e desporto e turismo ativo, no sentido de verificar as suas inter-relações e o seu potencial enquanto subsector de desenvolvimento e sustentabilidade, permite em nosso entender, refletir e projetar o futuro sobre esta nova (ainda) realidade no nosso país.

Palavras-chave: Desporto, ambiente, turismo, sustentabilidade

ABSTRACT

The current national and international scene within the sector of sport and nature tourism, both in terms of knowledge and scientific production, or in terms of sector development, is no longer the same in comparison to the reality of the 90's, when this sector took the "first steps" in Portugal. Additionally, the approach to this sector it's not advisable to be made by isolating the different areas involved: the sport, the environment and the tourism. Accordingly, the work here presented intends to reflect the importance of the relationship between the concepts associated with the sport, the environment and the tourism. A review of scientific studies was conducted focusing on the state of the art, and identifying some of the major authors and issues studied in this context. The choice of approaches to the problematics of the nature based sport, sport and environment and active sport and tourism, in order to verify their interrelationships and their potential as subsector of development and sustainability, allows in our view, to reflect and project the future on this (still) new reality in our country.

Keywords: Sport, environment, tourism, sustainability

INTRODUÇÃO

As atividades físicas e desportivas de contacto com a natureza poderão assumir um papel importante na ocupação e dinamização dos tempos livres dos cidadãos. Nesta perspetiva, o lazer surge como uma faceta importante, com um sentido objetivo, como uma forma de encontro e de compensação das necessidades sociais, como espaço e tempo próprio da existência individual, de responsabilização e na construção do seu estilo de vida (Mota, 1997). Por outro lado, o divertimento, o prazer e a busca da qualidade de vida, são cada vez mais procurados e valorizados na sociedade atual, considerando ainda que, as atividades desenvolvidas em tempo de lazer estão distribuídas nas mais diversas áreas, com destaque para as práticas desportivas (Guiddens, 1997). Por outro lado, existe uma tendência para o ecoturismo, turismo sustentado, turismo alternativo e turismo de aventura (L. Costa, 1997; Pereira, 1999; Standeven & Knop, 1999).

Portanto, a integração de diferentes setores pluridisciplinares poderá contribuir para um desenvolvimento de práticas desportivas saudáveis e para a sustentabilidade dos recursos naturais envolventes. Contudo, os recentes desafios relacionados com a problemática das complementaridades geradas entre o desporto, o ambiente e o turismo, indicam atualmente, que um profissional nesta área deva efetivamente possuir conhecimentos e competências também no âmbito da gestão e do planeamento e avaliação ambiental. Neste caso, as estratégias de conservação dos recursos existentes devem assumir um papel importante na promoção de boas práticas desportivas, em harmonia com o meio ambiente, de forma participada e responsável.

Em relação ao setor do turismo, verifica-se também, a grande influência sobre as questões do desenvolvimento humano (cidadania), económico e regional, numa perspetiva de sustentabilidade global. Um desenvolvimento integrado, equilibrado e ao longo da vida é o que se deseja.

Assim, considerando a emergência e a importância desta simbiose, entre atividades físicas, desportivas e turísticas implementadas em espaços naturais, apresenta-se de seguida, o estado da arte numa abordagem de revisão de estudos e reflexão em torno dos conceitos de desporto de natureza, desporto e ambiente e desporto e turismo ativo. Trata-se portanto, de estabelecer um ponto de partida nesta linha de investigação, que servirá de enquadramento para futuras pesquisas no âmbito desta temática.

REVISÃO DE ESTUDOS

Desporto de natureza

Se nos primórdios da humanidade, as cavernas serviram de casa ou de santuários para realizações cerimoniais, hoje, são alvo de interesse para contemplação ou prática desportiva (Júnior & Lobo, 2012); se as grandes montanhas eram em tempos vistas como locais sagrados ou de orientação espacial, hoje estimulam experiências físicas, intelectuais e até poéticas (D. Brown, 2007) através da escalada ou do alpinismo. Outras atividades, como o *surf*, caracterizaram desde sempre a tradição Havaiana (Buckley, 2002) e eram já no seu início entendidas como atividades de pura diversão e relaxamento. Na sociedade atual, grande parte das pessoas vivem numa moldura

urbana, isoladas de elementos menos desejáveis do mundo real, com casas aquecidas, água quente, eletricidade, camas, higiene e outros confortos considerados indispensáveis (Beedie & Hudson, 2003). No entanto, parte do seu “eu” reage contra isto através de uma estranha atração por atividades de aventura em lugares selvagens, menos explorados e num contato direto com os elementos naturais.

A procura de espaços naturais para a prática desportiva tornou-se assim uma tendência das sociedades mais atuais, que passaram a olhar o meio ambiente muito para além do aspeto consumista/de benefício humano, aproximando-se de uma corrente de pensamento defendida no trabalho de Rosa e Carvalhinho (2012) e denominada de “Eco centrismo”, onde a humanidade, faz parte de “uma natureza” com valores intrínsecos que ultrapassam claramente o seu lado puramente económico e que se caracteriza pela busca e pela vivência de novas sensações num contexto interativo entre o Homem e natureza.

A conceção de Desporto na Natureza vai de encontro a esta perspetiva e toma como ponto fulcral a conservação da natureza. Em Portugal, o conceito é definido na Lei de Bases da Atividade Física e Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, artigo 31º), considerando os seguintes pontos; i) “A atividade física e a prática desportiva em espaços naturais devem reger-se pelos princípios do respeito pela natureza e da preservação dos seus recursos, bem como pela observância das normas dos instrumentos de gestão territorial vigentes, nomeadamente das que respeitam às áreas classificadas, de forma a assegurar a conservação da diversidade biológica, a proteção dos ecossistemas e a gestão dos recursos, dos resíduos e da preservação do património natural e cultural; ii) “As atividades mencionadas no número anterior devem contribuir para a divulgação e interpretação do património natural e cultural, a sensibilização e educação ambientais e a promoção do turismo de natureza”.

Estas práticas são, antes de mais, importantes para o desporto, dado que oferecem espaços e estímulos, que alimentam a diversidade das práticas desportivas, com novas modalidades ou formas de as praticar (Cunha, 2007). No entanto, também devem promover o turismo de natureza e contribuir para o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. Por outro lado, os desportos de Natureza extravasam os limites do desporto e da atividade física, verificando-se uma grande expansão, devido

sobretudo à investigação científica (Marinho, 2008) e à sua aptidão em servir diferentes áreas da sociedade.

Se por um lado encontramos preocupações ao nível da formação de técnicos e do desenvolvimento da própria profissão (Carvalhinho, 2006; Carvalhinho, Sequeira, Serôdio-Fernandes, & Rodrigues, 2010), por outro, verifica-se uma forte ligação com o setor educacional, sobretudo ao nível da denominada educação *Outdoor* (Becker, 2010; Kos, 2010; Light, 2006; Zmudy, Curtner-Smith, & Steffen, 2009), ao nível da educação ambiental (Ajiboyea & Olatunduna, 2010; Ferreira, 1998; Jensen & Schnack, 1997; Rosa & Carvalhinho, 2012) e na construção pessoal e social do indivíduo (Light, 2006; Sandell & Öhman, 2010).

Para além da educação, o elevado crescimento na procura destas atividades nos últimos 20 anos (Cole, 1996; Marinho, 2008; Pröbstl, Wirth, Elands, & Bell, 2010), associado ao aumento do fluxo turístico e da generalidade da industrialização do setor (produtos e serviços de marcas especializadas) faz com que o desporto de natureza esteja também fortemente conectado à economia. A sua adequação à denominada economia experiencial (Andersson, 2007; Ek, Larsen, Hornskov, & Ole, 2008), amplamente estudada sob as perspetivas do marketing e do turismo, tem vindo a reconhecer o potencial para o desenvolvimento económico traduzido sobretudo por fenómenos de visitaçã o e turismo em espaços classificados, ou outros, com atrativos naturais para a prática (Cloke & Perkins, 2002; Eagles, 2002). Sendo a natureza o “palco” destas práticas, tornou-se evidente, sobretudo nas últimas duas décadas, a necessidade de proceder à compreensão dos impactes ambientais, sociais e económicos derivados destas atividades. Destes, derivam sobretudo duas grandes relações: Com o meio ambiente e com o turismo ativo ou de aventura. A compreensão destes fenómenos abrange diversas áreas do conhecimento científico, desde a ecologia (Monz, Cole, Leung, & Marion, 2010; Quinn & Chernoff, 2010), à gestão dos espaços classificados (Font, Cochrane, & Tapper, 2004; IUCN, 2002; Manning, 2007; Rosa, Almeida, & Carvalhinho, 2011b), culminando com a relevância socioeconómica destas atividades nas regiões de destino, exemplificada ao nível dos desportos de montanha (Beedie & Hudson, 2003; Bourdeau, Corneloup, & Mao, 2002), do mergulho (Ditton & Baker, 1999), do pedestrianismo (Kastenholz & Rodrigues, 2007) ou surf (GITUR, 2012).

Neste momento, verifica-se ao nível da investigação científica, com um importante ênfase em paradigmas interpretativos, um retorno a questões de base associadas à compreensão destas atividades, sobretudo no que concerne aos motivos de prática, aos sentimentos e sensações geradas, às representações sociais e espaciais envolvidas com o desporto e com a própria natureza (Brasil & Carvalho, 2009; Brymer & Gray, 2010; Dillard & Bates, 2011; Júnior & Lobo, 2012; Tahara & Filho, 2009). Destas relações, emerge o reconhecimento de um vasto conjunto de benefícios a nível social (e.g. Interação; liberdade de comunicação), psicológico (e.g. Liberdade; introspeção), físico (e.g. saúde e bem-estar) e ambiental (e.g. consciência ambiental; respeito pelo meio).

É evidente a relação estreita entre o desporto, a natureza e as práticas turísticas. Se associarmos esta relação com as alterações da sociedade atual, como a proliferação dos meios de comunicação, a cada vez maior sensibilidade para o contato com a natureza ou a adoção de estilos de vida saudáveis e ativos (Bell, Tyrväinen, Sievänen, Pröbstl, & Simpson, 2007), encontramos uma necessidade eminente de melhor compreender estas relações de modo a contribuir para o ideal de sustentabilidade que tanto caracteriza este tipo de atividades.

Desporto e ambiente

No que concerne a esta temática é importante reconhecer que a relação Desporto-Ambiente é multidimensional, não sendo por isso sensata a designação de um conceito que a determine de forma fechada. Por isso, a abordagem mais adequada tem de partir da compreensão individual dos diferentes fenómenos que a originam.

Neste campo, consideramos a relação desporto-ambiente a três níveis distintos: i) O ambiente enquanto suporte físico das práticas desportivas; ii) enquanto fonte de benefícios para o Homem através das práticas desportivas e iii) enquanto espaço educacional através do desporto.

Relativamente ao primeiro ponto, um fator aceite na generalidade da investigação, é que são os recursos naturais que determinam as atividades passíveis de nele serem praticadas e não ao contrário (IUCN, 2002; Rosa, Almeida, & Carvalhinho, 2011a), o que não sucede ao nível do desporto dito “convencional”, onde grandes infraestruturas artificiais são construídas para acolher treinos e competições ou em

função das necessidades dos cidadãos. No desporto de natureza, as características físicas do território aliam-se às novas tendências de prática e até à imaginação do praticante, na procura por novos espaços e novas tendências ou estilos de prática. No que concerne à classificação do espaço envolvente, Carvalhinho (2006), definiu no seu trabalho um “Modelo de Análise Taxonómica” para atividades de desporto de natureza, definindo variáveis associados à classificação do contexto físico (*Meio, Trajetória, Plano, Estabilidade, e Contato*).

Este princípio, apesar de lógico e simplista, determinou as direções da investigação relacionadas com a sustentabilidade ambiental do espaço desportivo. Lugar primordial é dado aos impactes ambientais causados pelas atividades desportivas em contato com a natureza (que se traduzem, por exemplo, sob a perda de vegetação, o abandono de lixo em locais de prática ou a erosão dos solos), que têm vindo a ser estudados através de um ramo da ciência denominado de ecologia da recreação. Esta vertente científica tem como objetivo a identificação dos impactes, as suas causas e conseqüentemente as estratégias para sua diminuição ou mitigação. Modalidades como o BTT ou o pedestrianismo têm sido alvo de grande atenção na literatura científica (J. Marion, 1998; McMillan & Larson, 2002; Pinto et al., 2008; Quinn & Chernoff, 2010). Outros trabalhos têm-se focado na classificação do impacte ambiental destas atividades, sendo na generalidade aceite a influência de três fatores gerais: O uso, o ambiente e a gestão, tais como as técnicas/decisões afetas aos locais de prática (Leung & Marion, 2000; J. Marion, 1998; L. Marion & Olive, 2006; Mitraud, 2003).

Do estudo dos impactes ambientais, deriva outra área de desenvolvimento mais recente, associada ao setor da gestão. Com o aumento da procura de espaços protegidos para o desenvolvimento de atividades recreativas, houve a necessidade de se criarem processos que permitissem um uso sustentado do mesmo. Desde meados dos anos 70, uma variedade de metodologias, inicialmente focadas nos impactes ambientais das atividades e baseadas no conhecido conceito de *capacidade de carga* foram denominadas de *Visitor Management Frameworks*. Estes fizeram (e fazem) parte da agenda científica de muitas agências de gestão das áreas protegidas atuais (G. Brown, Koth, Kreag, & Weber, 2006; Nilsen & Tayler, 1997). Mais recentemente, Kyle, Graefe, Manning, e Bacon (2004), ressalvam para um novo paradigma social associado à gestão dos recursos naturais, um paradigma que valoriza os significados subjetivos e

simbólicos associados aos espaços naturais. No fundo, o uso das ciências sociais, foi incluído na agenda da conservação da natureza, sobretudo ao nível das atividades recreativas e através da compreensão da perceção dos visitantes destes espaços acerca daquilo que é, ou não, considerado como “agressão à natureza”. O estudo da perceção de impacte ambiental tem um carácter mais recente e tem incidido em grande parte, sob os praticantes de atividades desportivas (Dorwart, Moore, & Leung, 2010; Manning et al., 2004; Priskin, 2003).

Ainda associado ao espaço físico, surge outra vertente de conhecimento, do nosso ponto de vista menos explorado a nível científico (dado o seu carácter profundamente técnico), relacionado com a gestão específica das “estruturas naturais” que servem as práticas desportivas, em termos da avaliação e qualificação dos equipamentos, segurança, gestão do risco, sinalética entre outros (Attarian & Keith, 2008; Carvalhinho & Rosa, 2012; Cater et al., 2008). Também a consideração de processos de gestão ambiental, especificados para as entidades que promovem estas atividades tem sido levados em linha de conta (Font, Flynn, Tribe, & Yale, 2001).

O segundo elemento desta relação vai para além deste lado mais objetivo. Referimo-nos ao ambiente, no seu sentido estético, enquanto fonte de bem-estar e de benefícios para aqueles que o procuram e o materializam com a prática desportiva. Na realidade, muitas pessoas procuram o desporto de natureza por motivos que extravasam a componente física, sendo que, entre motivos associados à socialização e divertimento, estão motivos claramente conectados à contemplação da paisagem, à pureza, à introspeção e sensação de liberdade que apenas o meio natural consegue provocar (Brasil & Carvalho, 2009; Brymer & Gray, 2010; Rosa & Carvalhinho, 2012; Schreyer, Knopf, & Williams, 1984).

O reconhecimento de que o ambiente proporciona motivos e ao mesmo tempo, sensações tão características, deu origem a modelos que se debruçam sobre o processo de construção da “Experiência recreativa” em contato com a natureza. Estes reconhecem o importante papel que o espaço envolvente assume na construção de experiências de qualidade. Conhecidos modelos para o estudo deste fenómeno, como é o caso da *Recreation Demand Hierarchy*, proposto por Driver e Brown (1978), tem vindo a reconhecer que a experiência recreativa, é concebida a vários níveis, sendo um deles, constituído pelas “configurações naturais”, ou seja, a perceção individual do

espaço (Hornback & Eagles, 1999; Lynn & Brown, 2003; McCool, 2006). A compreensão destes fenómenos é essencial para um correto enquadramento do desporto no quadro ambiental.

Por último, e retomando à vertente educacional, surgem discussões cada vez mais proeminentes no panorama nacional e internacional, acerca do potencial das práticas desportivas como meio para a educação de crianças e jovens, quer para a sustentabilidade ambiental quer para a criação de um perfil social integro. As vertentes educacionais intituladas de *Adventure Education*, ou, *Outdoor Education*, têm partido do princípio que o meio natural é o contexto adequado para a aprendizagem/ensino vivencial e experiencial e que o desporto pode assumir um papel relevante no processo educativo (Becker, 2010; Ferreira, 1998; Lee, 2011; Rosa & Carvalhinho, 2012; Sandell & Ööhman, 2010; Soares & Paixão, 2010)

Apesar de nos referirmos a esta dimensão em último lugar, esta deve assumir um papel primordial na relação entre o desporto e o ambiente. A consciência ambiental de cada indivíduo, sejam estes praticantes ou promotores, é o primeiro passo para contribuir para o equilíbrio entre a manutenção dos recursos naturais e as práticas humanas, neste caso as desportivas que fazem uso do território natural.

Desporto e turismo ativo

Segundo Rollins, Eagles, e Dearden (2009), o turismo sempre foi uma atividade heterogénea com diferentes tipos de turistas, atrações e motivações. A classificação turística é complexa, e foram já muitas as tentativas de discorrer acerca da classificação de um setor que, em termos económicos, ocupa um lugar muito importante nas economias mundiais.

Da classificação destas atividades, surgem os segmentos turísticos associados ao usufruto da natureza, onde diferentes visões dão origem a diferentes classificações em função da característica (e.g. motivação; espaço físico) que se assume como primordial. A base da classificação parece-nos relativamente bem aceite, e é traduzida sob o conceito de Turismo de Natureza. Considerando esta subdivisão Rollins et al. (2009), entendem o Turismo de natureza como aquele que é desenvolvido em áreas naturais e cujos objetivos da visita se centram sobretudo na (i) aventura (com ênfase na atividade), (ii) na natureza (com ênfase no simples contato e deslumbre de

paisagens), (iii) vida selvagem (com ênfase no visionamento da vida selvagem) e o (iv) ecoturismo (com ênfase em atividades e elementos relacionados com a conservação da natureza). É em função da motivação do turista que emergem outros segmentos como o Turismo Ativo, Turismo de Aventura, o Turismo Desportivo (que não é exclusivo da subdivisão “natureza”), Ecoturismo e outros menos utilizados como o Turismo Verde (Baud-Bovy & Lawson, 1998; Beedie & Hudson, 2003; Rollins et al., 2009; Torres, 2004; Turco, Riley, & Swart, 2002; Weed & Bull, 2004). A definição de cada um destes segmentos, sugere sobretudo a interação ativa entre o turista e o meio ambiente, e no caso do turismo ativo e de aventura, o desporto e o *compromisso físico* são os meios para esta interação, estando, na sua conceção, fortemente associados ao setor comercial (Beedie, 2003; Torres, 2004).

A estreita ligação que ocorre entre o desporto e o turismo ativo, acontece devido à sua adequação enquanto produto comercial, pelo seu potencial “experencial” e pelos benefícios que advém do contato com a natureza através do desporto (aspetos já desenvolvidos anteriormente). Esta adequação traduz claramente o lado económico destas atividades e o seu contributo para as economias locais, regionais e até nacionais. Um exemplo de âmbito nacional reflete-se na Nova Zelândia, que criou uma imagem turística baseada no conceito de “Aventura” (Cloke & Perkins, 2002).

Em Portugal, os diferentes governos têm vindo a reconhecer a importância do desenvolvimento turístico através de estratégias nacionais de desenvolvimento, e o espaço natural, assume-se como uma aposta a vários níveis. Considerando o contexto nacional, O Plano Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), publicado em 1998, apesar da sua reduzida efetividade, incluiu o turismo de natureza no panorama nacional. O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) (TurismodePortugal, 2007, 2011), reconheceu a importância do turismo de natureza para o desenvolvimento económico, e os desportos de natureza, recebem um claro destaque na diversidade de produtos. Outros documentos estratégicos nacionais não relacionados diretamente com o setor turístico, como a Estratégia Nacional para o Mar (ENM, 2007), ou a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS, 2008) focam de forma bem clara, a importância da atividade turística como vetor para o desenvolvimento sustentável, através da valorização e diversificação económica, a coesão social e a proteção ambiental. Estes são apenas alguns dos indicadores que levam a pensar acerca da

adequação e da pertinência de um investimento mais profundo no setor desportivo e na sua associação com as atividades turísticas, isto porque, apesar da literatura internacional ser claramente vasta ao nível da compreensão dos benefícios do turismo em espaços naturais, julgamos que a consideração da especificidade dos desportos de natureza enquanto produto/serviço ainda merece alguma atenção.

Alguns estudos nacionais têm denotado a relevância destas práticas (Kastenholtz & Rodrigues, 2007; Marques, Reis, & Menezes, 2010; Oliveira & Pereira, 2008), sobretudo ao nível da segmentação turística. Outros reconhecem as suas vantagens socioeconómicas, em países marcados por condições naturais excecionais para a prática de determinados desportos (Beedie & Hudson, 2003; Bourdeau et al., 2002; Buckley, 2002; C. Costa & Chalip, 2005; Kastenholtz & Rodrigues, 2007).

O turismo desenvolvido nos espaços naturais, sobretudo numa escala local/regional, tem um carácter inclusivo, baseado na participação ativa dos diferentes *Stakeholders* do turismo. Neste aspeto, a gestão dos espaços turísticos com apetência para a prática desportiva é caracterizado por processos de gestão colaborativa ou participativa e os benefícios destas aproximações, ultrapassam a vertente económica, surgindo um conjunto de vantagens para os *stakeholders* envolvidos, associadas à educação, desenvolvimento, socialização e a vontade, de, em partilha, lutar por um bem comum. Exemplos destas aproximações são atualmente desenvolvidas em muitos países do mundo e sobretudo em áreas protegidas (Haukeland, 2011; Khadka & Nepal, 2010; Medeiros de Araujo & Bramwell, 1999; Miller, Rathouse, Scarles, Holmes, & Tribe, 2010; Pimbert & Pretty, 1995; Stringer et al., 2006; Xu, Lü, Chen, & Liu, 2009). A auxiliar estes processos, uma vasta gama de modelos de planeamento e gestão tem sido desenvolvidos, sendo que, alguns deles, têm em conta a consideração específica do desporto (Veal, 2009).

A conceção de produtos turísticos de qualidade, assim como, a seu planeamento e enquadramento nas potencialidades naturais, culturais e socioeconómicas de determinada região, são aspetos fulcrais a ter em conta no futuro do desenvolvimento do turismo ativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível que a procura de espaços naturais para a prática desportiva é uma realidade, fruto de uma tendência das sociedades atuais. Esta tendência alimenta-se da busca de uma diversidade de práticas desportivas, do surgimento de novas modalidades ou de novas formas de praticar as já existentes, e a busca de novos estímulos associados à prática do desporto ou ao envolvimento na atividade física.

No entanto, esta procura do contexto natural para a prática desportiva ou da atividade física não se esgota no suprimento destas necessidades, sendo os espaços naturais palco preferencial de outras áreas do conhecimento ou da sociedade. Pelas suas qualidades, esta área vem beneficiando de um aumento da investigação em diversas áreas. A título de exemplo, poderemos referir o desenvolvimento de conhecimento técnico associado à formação dos profissionais que atuam neste contexto, à definição da sua profissão, ao desenvolvimento do conhecimento científico associado ao setor educacional, nomeadamente à educação ambiental (área emergente de atuação), e ainda à área associada com desenvolvimento de competências pessoais de construção pessoal e social do indivíduo.

A forte utilização das áreas naturais como “palco” dos diferentes tipos de atividades pelas suas inúmeras potencialidades e qualidades levou a uma evidente necessidade de proceder ao conhecimento dos impactes ambientais, sociais e económicos derivados das mesmas, e à compreensão de questões de base sobretudo no que concerne aos motivos de prática, aos sentimentos e sensações geradas, às representações sociais e espaciais envolvidas com o desporto e com a própria natureza. Enfim, pretende-se contribuir para o ideal de sustentabilidade que tanto caracteriza estas atividades baseado numa cada vez maior sensibilidade para o contato com a natureza ou a adoção de estilos de vida saudáveis e ativos.

Surge um novo paradigma social associado à gestão dos recursos naturais, que valoriza os significados subjetivos e simbólicos associados aos espaços naturais e reconhecem o importante papel que o espaço envolvente assume na construção de experiências de qualidade, e cuja compreensão obriga à necessidade de criação de processos que permitam um uso sustentado dos espaços protegidos.

Como sabemos, da experiência e da motivação do praticante/turista/utilizador dos espaços naturais, da qualidade da interação do indivíduo e o meio ambiente emergem

os segmentos do turismo materializando assim a ligação à vertente comercial e económica desta relação, cujo produto está, em alguns países, já fortemente implementado. No nosso país, apesar de reconhecida a importância do desenvolvimento turístico através de estratégias nacionais de desenvolvimento, e da fundamentação baseada em estudos de reconhecido valor científico que atestam a apetência natural do país para esta aposta, é ainda longo o caminho a percorrer. Neste sentido, dever-se-á estimular a reflexão teórica e a definição de estratégias práticas de implementação, no sentido de melhorar a compreensão e consequentemente utilização sustentada dos recursos naturais que materializam a ligação entre o desporto, a natureza, o turismo e a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ajiboyea, J., & Olatunduna, S. (2010). Impact of Some Environmental Education Outdoor Activities on Nigerian Primary School Pupils' Environmental Knowledge. *Applied Environmental Education & Communication*, 9(3), 149-158. doi: 10.1080/1533015X.2010.510020
- Andersson, T. (2007). The Tourist in the Experience Economy. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 7(1), 46-58. doi: 10.1080/15022250701224035
- Attarian, A., & Keith, J. (2008). *Climbing Management*. Boulder: ACESS Fund.
- Baud-Bovy, M., & Lawson, F. (1998). *Tourism & Recreation: Handbook of Planning and Design*. England: Architectural Press.
- Becker, P. (2010). Encountering, Experiencing and Exploring Nature in Education. In E. I. f. O. A. E. a. Experiential & Learning. (Eds.), *Encountering, Experiencing and Exploring Nature in Education* (pp. 2-5). Eslovénia: European Institute for Outdoor Adventure Education and Experiential Learning.
- Beedie, P. (2003). Adventure Tourism. In S. Hudson (Ed.), *Sport and Adventure Tourism* (pp. 203-239). USA: The Haworth Hospitality Press.
- Beedie, P., & Hudson, S. (2003). Emergence of Mountain-Based Adventure Tourism *Annals of Tourism Research*, 30(3), 625-643. doi: 10.1016/S0160-7383(03)00043-4
- Bell, S., Tyrväinen, L., Sievänen, T., Pröbstl, U., & Simpson, M. (2007). Outdoor Recreation and Nature Tourism: A European Perspective. *Living Reviews in Landscape Research*, 1(2).

- Bourdeau, P., Corneloup, J., & Mao, P. (2002). Adventure Sports and Tourism in the French Mountains: Dynamics of Change and Challenges for Sustainable Development. *Current Issues in Tourism*, 5(1), 22-32. doi: 10.1080/13683500208667905
- Brasil, F., & Carvalho, Y. (2009). Pescadores Artesanais, Surfistas e a Natureza: Reflexões a partir de um Olhar da Educação Física. *Movimento*, 15(1), 217-239.
- Brown, D. (2007). The Modern Romance of Mountaineering: Photography, Aesthetics and Embodiment. *The International Journal of the History of Sport*, 24(1), 1-34. doi: 10.1080/09523360601005389
- Brown, G., Koth, B., Kreag, G., & Weber, D. (2006). *Managing Australia's Protected Areas: a review of visitor management models, frameworks and processes*. Australia: CRC for Sustainable Tourism Pty Ltd.
- Brymer, E., & Gray, T. (2010). Developing an intimate "relationship" with nature through extreme sports participation. *Leisure/Loisir*, 34(4), 361-374. doi: 10.1080/14927713.2010.542888
- Buckley, R. (2002). Surf Tourism and Sustainable Development in Indo-Pacific Islands. I. The Industry and the Islands. *Journal of Sustainable Tourism*, 10(5), 405-424. doi: 0966-9582/02/05 0405-20
- Carvalhinho, L. (2006). *Os Técnicos e as Actividades de Desporto de Natureza - Análise da formação, funções, e competências profissionais*. PhD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Carvalhinho, L., & Rosa, P. (2012). *Avaliação de Espaços de Prática Desportiva: Contributo para a Revisão da Carta de Desporto de Natureza do PNSAC*. Paper presented at the 2º Congresso da Sociedade Científica de Pedagogia do Desporto, Vila Real.
- Carvalhinho, L., Sequeira, P., Serôdio-Fernandes, A., & Rodrigues, J. (2010). A emergência do sector de desporto de natureza e a importância da formação. *Efdeportes*, 14(140).
- Cater, C., Buckley, R., Hales, R., Newsome, D., Pickering, C., & Smith, A. (2008). *High Impact Activities in Parks: Best management practice and future research*. Australia: CRC Sustainable Tourism Pty Ltd.

- Cloke, P., & Perkins, H. (2002). Commodification and Adventure in New Zealand Tourism. *Current Issues in Tourism*, 5(6), 521-549. doi: 1368-3500/02/06 0521-29 \$20/0
- Cole, D. (1996). Wilderness Recreation in the United States: Trends in Use, Users, and Impacts. *International Journal of Wilderness* 2(3), 14-18.
- Costa, C., & Chalip, L. (2005). Adventure Sport Tourism in Rural Revitalisation—An Ethnographic Evaluation. *European Sport Management Quarterly*, 5(3), 257-279. doi: 10.1080/16184740500190595
- Costa, L. (1997). *Meio Ambiente e Desporto. Uma Perspectiva Internacional*: UP-FCDEF, Porto
- Cunha, L. (2007). *Os espaços do desporto* (1ª ed.). Lisboa: Edições FMH.
- Diário da República (2007). Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro.
- Dillard, J., & Bates, D. (2011). Leisure motivation revisited: why people recreate. *Managing Leisure*, 16(4), 253-268. doi: 10.1080/13606719.2011.613624
- Ditton, R., & Baker, T. (1999). Demographics, Attitudes, Management Preferences, and Economic Impacts of Sport Divers using Artificial Reefs in Offshore Texas Waters (pp. 55). Texas: Texas Parks and Wildlife Department.
- Dorwart, C., Moore, R., & Leung, Y. (2010). Visitors' Perceptions of a Trail Environment and Effects on Experiences: A Model for Nature-Based Recreation Experiences. *Leisure Sciences*, 32(1), 33-54. doi: 10.1080/01490400903430863
- Driver, B., & Brown, P. (1978). The opportunity spectrum concept and behavior information in outdoor recreation resource supply inventories: A rationale. In H. G. Lund, V. J. LaBau, P. F. Ffolliott & D. W. Robinson (Eds.), *Integrated inventories of renewable natural resources: Proceedings of the workshop* (pp. 24-31). Ft. Collins, CO: USDA Forest Service, Rocky Mt. Forest and Range Exp. Station.
- Eagles, P. (2002). Trends in Park Tourism: Economics, Finance and Management1. *Journal of Sustainable Tourism* 10(2), 132-153. doi: 10.1080/09669580208667158
- Ek, R., Larsen, J., Hornskov, S., & Ole, K. (2008). A Dynamic Framework of Tourist Experiences: Space-Time and Performances in the Experience Economy. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 8(2), 122-140. doi: 10.1080/15022250802110091

- ENDS. (2008). *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente.
- ENM. (2007). *Estratégia Nacional para o Mar*. Lisboa: República Portuguesa.
- Ferreira, G. (1998). Environmental Education through Hiking: a qualitative investigation. *Environmental Education Research*, 4(2), 177-185. doi: 10.1080/1350462980040205
- Font, X., Cochrane, J., & Tapper, R. (2004). *Tourism for protected area financing: understanding tourism revenues for effective management plans*. Leeds, UK: Leeds Metropolitan University.
- Font, X., Flynn, P., Tribe, J., & Yale, K. (2001). Environmental Management Systems in Outdoor Recreation: A Case Study of a Forest Enterprise (UK) Site. *Journal of Sustainable Tourism* 9(1), 44-60.
- GITUR. (2012). *Estudo do Impacto do Rip Curl Pro 2012 Portugal: Síntese*. Peniche: GITUR.
- Guiddens, A. (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras.
- Haukeland, J. (2011). Tourism stakeholders' perceptions of national park management in Norway. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(2), 133-153. doi: 10.1080/09669582.2010.517389
- Hornback, K. E., & Eagles, P. (1999). *Guidelines for Public Use Measurement and Reporting at Parks and Protected areas* (1st ed.). Australia: IUCN, Gland, Switzerland, and Cambridge, UK; Parks Canada; Cooperative Research Centre for Sustainable Tourism of Australia.
- IUCN. (2002). *Sustainable Tourism in Protected Areas - Guidelines for Planning and Management*. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK: World Tourism Organization.
- Jensen, B.-., & Schnack, K. (1997). The Action Competence Approach in Environmental Education. *Environmental Education Research*, 3(2), 163-178. doi: 10.1080/1350462970030205
- Júnior, A., & Lobo, H. (2012). Turismo em cavernas e as representações do mundo subterrâneo. *Revista de Turismo y Património Cultural*, 10(5), 585-594.
- Kastenholz, E., & Rodrigues, A. (2007). Discussing the Potential Benefits of Hiking Tourism in Portugal. *Anatolia*, 18(1), 5-21. doi: 10.1080/13032917.2007.9687033

- Khadka, D., & Nepal, S. (2010). Local Responses to Participatory Conservation in Annapurna Conservation Area, Nepal. *Environmental Management*, 45, 351-362. doi: 10.1007/s00267-009-9405-6
- Kos, M. (2010). Outdoor Play and Learning in Early Childhood. In E. I. f. O. A. E. a. Experiential & Learning. (Eds.), *Encountering, Experiencing and Exploring Nature in Education*. Eslovénia: European Institute for Outdoor Adventure Education and Experiential Learning.
- Kyle, G., Graefe, A., Manning, R., & Bacon, J. (2004). Effects of place attachment on users' perceptions of social and environmental conditions in a natural setting. *Journal of Environmental Psychology*, 24, 213-225. doi: 10.1016/j.jenvp.2003.12.2006
- Lee, T. (2011). How recreation involvement, place attachment and conservation commitment affect environmentally responsible behavior. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(7), 895-915. doi: 10.1080/09669582.2011.570345
- Leung, Y., & Marion, J. (2000). *Recreation Impacts and Management in Wilderness: A State-of-Knowledge Review*. Paper presented at the Wilderness science in a time of change conference, Missoula, MT.
- Light, R. (2006). Situated learning in an Australian surf club. *Sport, Education and Society*, 11(2), 155-172. doi: 10.1080/13573320600640686
- Lynn, N., & Brown, R. (2003). Effects of recreational use impacts on hiking experiences in natural areas. *Landscape and Urban Planning*, 63(1-2), 77-87. doi: [http://dx.doi.org/10.1016/S0169-2046\(02\)00202-5](http://dx.doi.org/10.1016/S0169-2046(02)00202-5)
- Manning, R. (2007). *Parks and Carrying Capacity: Commons Without Tragedy*. USA: Island Press.
- Manning, R., Lawson, S., Newman, P., Budruk, M., Valliere, W., Laven, D., & Bacon, J. (2004). Visitor perceptions of recreation-related resource impacts. In R. Buckley (Ed.), *Environmental impacts of ecotourism* (pp. 259-271). Wallingford, UK.: CABI Publishing.
- Marinho, A. (2008). Lazer, Aventura e Risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. *Movimento*, 14(2), 181-206.
- Marion, J. (1998). *Recreation Ecology Research Findings: Implications for Wilderness and Park Managers*. Paper presented at the National Outdoor Ethics Conference, St. Louis, MO. Gaithersburg, MD.

- Marion, L., & Olive, N. (2006). Assessing and understanding trail degradation: results river and recreational area. Australia: National Park Service.
- Marques, C., Reis, E., & Menezes, J. (2010). Profiling the segments of visitors to Portuguese protected areas. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(8), 971-996. doi: 10.1080/09669582.2010.497222
- McCool, S. F. (2006). Managing for visitor experiences in protected areas: promising opportunities and fundamental challenges. *PARKS*, 16(2), 3-9.
- McMillan, M. A., & Larson, D. W. (2002). Effects of rock climbing on the vegetation of the Niagara Escarpment in Southern Ontario, Canada *Conservation biology* 16(2), 389-398. doi: 21333, 35400010051549.0100
- Medeiros de Araujo, L., & Bramwell, B. (1999). Stakeholder Assessment and Collaborative Tourism Planning: The Case of Brazil's Costa Dourada Project. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3&4), 356-378. doi: 0966-9582/99/03 0356-23
- Miller, G., Rathouse, K., Scarles, C., Holmes, K., & Tribe, J. (2010). Public Understanding of Sustainable Tourism. *Annals of Tourism Research*, 37(3), 627-645. doi: 10.1016/j.annals.2009.12.002
- Mitraud, S. (2003). *Manual de ecoturismo de base comunitária: Ferramentas para um planejamento responsável* (1st ed.). Brasil: WWF.
- Monz, C., Cole, D., Leung, Y., & Marion, J. (2010). Sustaining Visitor Use in Protected Areas: Future Opportunities in Recreation Ecology Research Based on the USA Experience. *Environmental Management*, 43(3), 551-562. doi: 10.1007/s00267-009-9406-5
- Mota, J. (1997). *A Actividade Física no Lazer. Reflexões Sobre a Sua Prática. Cultura Física*.
- Nilsen, P., & Tayler, G. (1997, May 20-22). *A comparative analysis of protected area planning and management frameworks*. Paper presented at the Limits of acceptable change and related planning processes: progress and future directions, Missoula, MT.
- Oliveira, P., & Pereira, P. (2008). Who values what in a tourism destination? The case of Madeira Island. *Tourism Economics*, 14(1), 155-168.
- Pereira, E. (1999). *Desporto e Turismo. Análise Estratégica dos Meios de Alojamento de Categoria Média e Superior da Região do Algarve.*, UTL-FMH, Lisboa.

- Pimbert, M., & Pretty, J. (1995). Parks, People and Professionals: Putting 'Participation' into Protected Area Management (pp. 65). Geneva: United Nations Research Institute for Social Development
- Pinto, L., Oliveira, F., Almeida-Andrade, L., Pedrosa, H., Santana, W., & Figueiredo, M. (2008). Atividade Erosiva em Trilhas de Unidades de Conservação: Estudo de Caso no Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais, Brasil. *e-scientia*, 1(1).
- Priskin, J. (2003). Tourist perceptions of degradation caused by coastal nature-based recreation. *Environmental Management*, 32(2), 189-204.
- Pröbstl, U., Wirth, V., Elands, B., & Bell, S. (2010). Introduction. In U. Pröbstl, V. Wirth, B. Elands & S. Bell (Eds.), *Management of Recreation and Nature Based Tourism in European Forests* (pp. 1-9). Berlin: Springer.
- Quinn, M., & Chernoff, G. (2010). Mountain Biking: A Review of the Ecological Effects. A Literature Review for Parks Canada – National Office (Visitor Experience Branch) (pp. 1-38). Calgary, AB: Miistakis Institute, Faculty of Environmental Design – University of Calgary.
- Rollins, R., Eagles, P., & Dearden, P. (2009). Tourism, Ecotourism and Protected Areas. In P. Dearden & R. Rollins (Eds.), *Parks and Protected Areas in Canada: Planning and Management* (3rd ed., pp. 314-341). Canada: Oxford University Press.
- Rosa, P., Almeida, M., & Carvalhinho, L. (2011a). *Desporto de Natureza em Espaços Naturais: Contributo para o Ordenamento em Áreas Protegidas*. Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Politécnico de Santarém: Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Rio Maior.
- Rosa, P., Almeida, M., & Carvalhinho, L. (2011b). *Gestão da recreação em áreas protegidas: relevância dos aspectos sociais* Paper presented at the Congresso Internacional de Montanha-CIM2011, Estoril.
- Rosa, P., & Carvalhinho, L. (2012). A educação ambiental e o desporto na natureza: Uma reflexão crítica sobre os novos paradigmas da educação ambiental e o potencial do desporto como metodologia de ensino. *Movimento*, 18(3), 259-280.
- Sandell, K., & Ööhman, J. (2010). Educational potentials of encounters with nature: reflections from a Swedish outdoor perspective. *Environmental Education Research*, 16(1), 113-132. doi: 10.1080/13504620903504065

- Schreyer, R., Knopf, R., & Williams, D. (1984, Março 22-23). *Reconceptualizing the motive/environment link in recreation choice behaviour*. Paper presented at the Symposium on Recreation Choice Behaviour, Missoula, Montana.
- Soares, C., & Paixão, J. (2010). Atividades de aventura e educação ambiental: possibilidades nas aulas de Educação Física escolar. *Efdeportes*, 142.
- Standeven, J., & Knop, P. (1999). *Sport tourism*.: Human Kinetics Publishers.
- Stringer, L., Dougill, A., Fraser, E., Hubacek, K., Prell, C., & Reed, M. (2006). Unpacking “Participation” in the Adaptive Management of Social–ecological Systems: a Critical Review. *Ecology and Society*, 11(2), 39.
- Tahara, A., & Filho, S. (2009). Atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) e academias de ginástica: motivos de aderência e benefícios advindos da prática. *Movimento*, 15(3), 187-208.
- Torres, M. (2004). El Turismo Ativo como alternativa y complemento al modelo turístico en la region de Múrcia. *Cuadernos de turismo*, 14, 179-215.
- Turco, D., Riley, R., & Swart, K. (2002). *Sport Tourism*. USA: Fitness Information Technology, Inc.
- TurismodePortugal. (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.
- TurismodePortugal. (2011). *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Planos para Revisão no Horizonte 2015, versão 2.0*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.
- Veal, A. (2009). *Alternatives to Standards: A Review of Leisure Planning Guidelines: U-Plan Project Paper 2* (5th ed.). Sydney,: School of Leisure & Tourism Studies, University of Technology.
- Weed, M., & Bull, C. (2004). *Sports Tourism: participans, policy and providers*. UK: Elsevier.
- Xu, J., Lü, Y., Chen, L., & Liu, Y. (2009). Contribution of tourism development to protected area management: local stakeholder perspectives. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 16(1), 30-36. doi: 10.1080/13504500902757189
- Zmudy, M., Curtner-Smith, M., & Steffen, J. (2009). Student participation styles in adventure education. *Sport, Education and Society*, 14(4), 465-480. doi: 10.1080/13573320903217174